



ATA N.º 18

REUNIÃO ORDINÁRIA DO

CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE DE COIMBRA

Local: Sala Polivalente Silva Dias da Casa Municipal da Cultura

Data: 30/11/2024, Sexta-feira

Iniciada às 14h30 e encerrada às 16h30

Aprovada em 17 de junho de 2025

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DE TRABALHOS:

1. Intervenção do Presidente do CMJC
2. Intervenção da Comissão Permanente do CMJC

PERÍODO DA ORDEM DE TRABALHOS:

1. Contributos e propostas para o orçamento da Juventude 2025
2. Apresentação da composição do Observatório da Condição Juvenil
3. Tema: Impactos do Associativismo Cultural na Juventude
 - 3.1) Intervenção do Senhor Presidente José Manuel Silva
 - 3.2) Período de debate
4. Outros assuntos.

A reunião contou com a presença total de 84 participantes (membros efetivos, observadores e acompanhantes).

Membros Efetivos

	ENTIDADE	REPRESENTANTE
1	As FANS - Tuna Feminina da Universidade de Coimbra	Ana Pinto
2	Associação Académica de Coimbra	António Lopes
3	Associação da Real República Ay-Ó-Linda	Miguel Cepoi Lupasco
4	Associação de Estudantes da Escola Superior de Educação de Coimbra (AE ESEC)	Beatriz Palmeira
5	Associação de Estudantes da Escola Superior de Enfermagem de Coimbra (AE ESENFC)	Francisca Lopes
6	Associação de Estudantes da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra	Patrícia Vieira
7	Associação de Estudantes do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra (AE ISCAC)	Pedro Santos
8	Associação de Estudantes do Instituto Superior de Engenharia de Coimbra (AE ISEC)	Hugo Ferreira
9	Associação Distrital de Taekwondo de Coimbra (ADTC)	Alexandra Tavares
10	Associação Pollux - Tecnologias do Espaço	Fátima Cardoso
11	Associação República da Praça	Tiago Oliveira
12	Associação Sócrates Erasmus Universidade de Coimbra / ESN Coimbra	Heloise Zilotti
13	Associação Une dois Mundos	João Pedro Santos
14	BEST-UC, Grupo local da Universidade de Coimbra	Gonçalo Ferraz
15	CAIXA NEGRA" (Círculo de Iniciação Teatral Academia Coimbra)	Bruna Marques
16	Casa de Angola em Coimbra ONGD	Bento Monteiro
17	Coro Misto da Universidade de Coimbra	Nuno Salgueiro
18	FAN-Farra Académica de Coimbra Tuna Universitária	Eurico Figueiredo
19	FCOPT – Finance Club of Portugal	António Marques
20	Federação das Associações Juvenis do Distrito de Coimbra (FAJDC)	Maria Miguel Vicente
21	Federação Nacional de Associações de Estudantes do Ensino Superior Politécnico (FNAESP)	Alexandra Ribeiro
22	Federação Nacional dos Estudos Europeus (FNEE)	Alexandra Santos

23	ISCAC JUNIOR SOLUTIONS-Associação	Digo Neto
24	JeKnowledge Associação	João Madeira
25	Júnior Empresa de Estudantes da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (JEEFEUC)	Lourenço Marques
26	Molecular - Júnior Empresa - Associação	João Santos
27	Napeec - Núcleo Associativo para os Estudos Europeus em Coimbra	Ana Rodrigues
28	Orfeon Académico de Coimbra	Gonçalo Pimentel
29	Organização de Estudantes da Guiné-Bissau em Coimbra	Nisrim Zaidam
30	PHARTUNA- Tuna de Farmácia de Coimbra	João Afonso Sousa
31	Physis - Associação Portuguesa de Estudantes de Física	Pedro Guilherme Henriques do Carmo
32	Quantunna - Associação Cultural	Eduardo Ferreira
33	Sociedade de Debates da Universidade de Coimbra (SDUC)	Vinicio Carneiro
34	Tuna Feminina de Medicina da Universidade de Coimbra	Raquel Susana Ribeiro
35	Tuna Mista da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra - Desconcertuna	Beatriz Lopes Augusto
36	Grupo 258 - São João do Campo/AEP	Ricardo Sousa
37	Agrupamento 1086 – Palheira/CNE	Agostinho Fadiga
38	Agrupamento 1199 - Santa Apolónia/CNE	Suzana Martis
39	Agrupamento 1233 – Almalaguês/CNE	Rui Coelho
40	Agrupamento 1360 – Souselas/CNE	Diogo Tavares
41	Agrupamento 162 - Santa Clara/CNE	Sofia Pimentel
42	Agrupamento 163 - Santa Cruz/CNE	Henrique Silva
43	Agrupamento 309 Ceira/CNE	Paulo Duarte Costa
44	Agrupamento 347 - São Jorge/CNE	Ana Rita Santos
45	Agrupamento 355 - Montes Claros/CNE	Ana Monteiro
46	Agrupamento 358 - Sé Nova/CNE	Alexandra Cordeiro
47	Agrupamento 603 – Antanhол/CNE	Pedro Paiva

49	Agrupamento 668 – Pedrulha/CNE	Jorge Caetano
50	Agrupamento 876 - São Paulo de Frades/CNE	Mauro Martins
51	Núcleo Mondego Sul da Região de Coimbra do CNE - Corpo Nacional de Escutas	Pedro Caridade
52	Iniciativa Liberal	Celso Filipe Monteiro Ferreira
53	Jovens do Bloco Esquerda	Mariana Gaspar Rodrigues
54	Juventude Social Democrata	Gonçalo Rocha
55	Juventude Socialista	Diogo Simões
56	Núcleo Territorial de Coimbra (NTC) do partido LIVRE	Natália Lorna Suciu

Observadores

1	Representante das Associações de Pais e Encarregados de Educação (A.P.E.E. da Escola Secundária Avelar Brotero)	Celeste Silva
2	PAJE- Plataforma de Apoio a Jovens (Ex) Acolhidos	João Pedro Gaspar

A reunião foi presidida pelo Vereador da Câmara Municipal de Coimbra, Dr. Carlos Lopes, secretariado por Alexandra Filipa Mendes Ribeiro da Associação da Federação nacional de associações de Estudantes do Ensino Superior Politécnico (FNAEESP), e Pedro Santos da Associação de Estudantes do Instituto Superior e de Contabilidade e Administração de Coimbra (AE ISCAC).

O Vereador Carlos Lopes, deu início à reunião com o período de antes da ordem de trabalhos, em cumprimento do artigo 14.º do Regimento Interno do Conselho Municipal de Coimbra, dando as boas-vindas aos presentes na 8ª sessão do plenário, mandato 2021-2025.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DE TRABALHOS

O Vereador Carlos Lopes deu conhecimento da presença da Chefe de Divisão de Juventude no Fórum DemoComp - Pontes para a Democracia e no Encontro Nacional de Associações Juvenis (ENAJ), o maior evento nacional de Associativismo Juvenil, organizado pela FNAJ, nos dias 15, 16 e 17 de novembro, na Cidade da Covilhã, e que se fez acompanhar por duas das suas associações juvenis, FCOPT – Finance Club of Portugal e BEST-UC, Grupo Local da

Universidade de Coimbra; bem como, da presença no 35º Aniversário da FNAEESP, que decorreu em Coimbra, no dia 23 de novembro. Disse ainda, ser um orgulho e uma responsabilidade, estarem presentes nas várias tomadas de posse e eventos das Associações Juvenis. E, com o mesmo espírito colaboraram, em parceria com o Gabinete de Relações Institucionais, na organização do Erasmus National Games 2024, cuja sessão de encerramento se realizou no Salão Nobre da CMC, no dia 24 de novembro (domingo).

Referiu ainda, em termos globais os 135.000,00€ (cento e trinta e cinco mil euros), associados ao investimento, às ações da juventude, no último ano. Para o ano de 2025, em sede de orçamento municipal, mantém-se o registo, dando-se continuidade ao apoio às associações juvenis, na medida das possibilidades.

Relativamente aos Avisos de Abertura, informou que se manteriam as sessões de esclarecimento, em formato presencial, em horário diversificado, no total de seis, para que todas as associações possam estar presentes e participar, e que, os serviços da juventude as divulgariam assim que fossem definidos os horários e datas. Aproveitou ainda para agradecer a participação e presença das associações e entidades oficiais, na primeira edição do Fórum da Juventude Coimbra'24, partilhando com os Conselheiros dados estatísticos do evento. De seguida, o Vereador Carlos Lopes, deu conhecimento da participação da Divisão da Juventude no “Fórum Nacional: DemoComp – Pontes para a Democracia” e no “Encontro Nacional de Associações Juvenis (ENAJ)”, o maior evento nacional de Associativismo Juvenil, organizado pela Federação Nacional das Associações Juvenis (FNAJ), ambos nos dias 15, 16 e 17 de novembro, na Cidade da Covilhã. E, desafiou também as Associações a procurarem a FNAJ e, informarem-se, para se constituírem como futuros associados da maior plataforma nacional de Associações Juvenis.

Fez, ainda, questão de salientar a presença da Divisão de Juventude (Vereador e Chefe de Divisão), nas várias tomadas de posse e eventos das associações juvenis, como forma de agradecimento e estímulo, comprovando assim, uma política de acompanhamento próximo, comunicação *friendly*, aliada a um financiamento equilibrado, que tem permitido estabelecer pontes efetivas com a realidade e intervenção nacional e internacional.

Antes de terminar a sua intervenção, relembrou aos presentes a agenda do presente Conselho Municipal de Juventude de Coimbra (CMJC), que contaria com a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Professor José Manuel Silva, que se disponibilizou para responder às questões dos conselheiros, no ponto 3 (Tema: Impactos do Associativismo Cultural na Juventude). Salientou e realçou que os Conselhos Municipais continuam cada vez mais participados, e que foram transformados no espaço certo para se delinear, em conjunto, ações e medidas com impacto na Juventude. Terminou, agradecendo, uma vez mais, a presença de todos.

Tomou a palavra o Presidente da Comissão Permanente do Conselho Municipal de Juventude de Coimbra (CMJC), Daniel Aragão, que começou por cumprimentar o Presidente, o Vereador, a

Chefe de Divisão, e todos os Conselheiros presentes na sessão. De seguida, disse que nunca tanto se investiu na juventude em Coimbra, pelo que não se podia retroceder no caminho de investimento, pois a juventude representa o futuro deste concelho. Destacou, a dedicação e o trabalho de proximidade prestados pelos serviços da juventude às associações juvenis, apesar dos recursos humanos insuficientes, aproveitando para reivindicar o seu reforço, bem como, um investimento na plataforma digital, e que esta trouxesse o progresso técnico a esta área à semelhança de outras da Câmara Municipal de Coimbra. Nestes últimos anos, discutiram-se várias temáticas com vários membros do executivo, tais como, emprego, ambiente, empregabilidade, impostos, urbanismo, e a mobilidade, chegando a vez de falar da cultura, na presente sessão. A cultura é o pilar identitário, de diferenciação, e de desenvolvimento de Coimbra. Pelo que, as associações culturais, responsáveis pela promoção, dinamização e formação de muitos jovens na área cultural, não deveriam ficar para trás. Daí a importância em debater na sessão, com o Presidente, a sua visão, projetos, ideias, não só sobre a cultura, mas sobre todas as distintas áreas que envolvem os jovens, reforçando que o CMJC é uma referência a nível nacional, como um dos mais ativos e participados, tendo inclusive, sido referido pela Ministra da Juventude, Margarida Balseiro Lopes, no Fórum da Juventude Coimbra'24, como um exemplo a nível nacional. Terminou a sua intervenção desafiando os presentes a manter esta capacidade de debater, discutir, ouvir e de intervir nas sessões do CMJC.

Tomou a palavra a Chefe de Divisão, Dra, Maria Antónia Lucas da Silva, para informar a Mesa do número de associações com direito a voto.

Retomou a palavra o Vereador Carlos Lopes, questionando se havia alguém que quisesse fazer uso da palavra, antes de dar início ao período de trabalhos. Não havendo, prosseguiu, apresentando os assuntos do plenário, que foram conjuntamente decididos com a Comissão Permanente, no âmbito das suas competências:

Período da Ordem do Dia

(Aprovação das atas dos últimos Conselhos Municipais da Juventude)

1. Contributos e propostas para o orçamento da Juventude 2025
2. Apresentação da composição do Observatório da Condição Juvenil
3. Tema: Impactos do Associativismo Cultural na Juventude
 - 3.1) Intervenção do Senhor Presidente José Manuel Silva
 - 3.2) Período de debate
4. Outros assuntos.

PERÍODO DA ORDEM DE TRABALHOS

Votação e aprovação, por unanimidade, da ata nº 16, da sessão ordinária de 3 de fevereiro de 2024.

Votação e aprovação, por unanimidade, da ata nº 17, da sessão extraordinária de 27 de setembro de 2024.

Para qualquer questão ou assunto(s), que os Conselheiros quisessem apresentar, o Vereador Carlos Lopes, sugeriu a utilização dos e-mails dos serviços da juventude <juventude@cmc-coimbra.pt> e da Comissão Permanente <c.permanente.cmj.cmc@gmail.com>.

1. Contributos e propostas para o orçamento da Juventude 2025

O Vereador Carlos Lopes começou por abordar neste ponto, o terceiro ano de mandato, no qual foram consolidadas muitas das medidas a que se propuseram ao escrutínio dos Municípios, respondendo a alguns dos desafios colocados pela população. A expressão do crescimento orçamental na Juventude, como em outras áreas, espelhou com rigor a dinâmica e crescimento, entre outubro de 2023 e outubro de 2024. Na Juventude, houve um crescimento muito significativo no número de apoios às Associações Juvenis, que resultou no desenvolvimento de centenas de atividades dinamizadas por essas Associações, assim como, coorganizações promovidas com o setor da Juventude. A dinamização do Conselho Municipal da Juventude, continuou como grande referencial da estratégia que reabilitou este Órgão, tendo o último Conselho envolvido cerca de uma centena de participantes e mais de meia centena de associações, motivo de orgulho. Tal dinâmica reativou diversas redes, locais, regionais e nacionais. Destacando-se no contexto nacional o reconhecimento da Federação Nacional de Associações Juvenis, que este ano atribuiu ao Município o selo quatro estrelas numa escala de cinco, o Conselho Nacional de Juventude e Instituto Português do Desporto e Juventude. Referiu ainda, as relevantes ligações com a Universidade de Coimbra (UC) e o Instituto Politécnico de Coimbra (IPC), abrindo desta forma o caminho que permitiu lançar as bases do futuro Plano Municipal da Juventude. Quanto ao Plano de investimento no sector da Juventude, disse que o investimento financeiro na área da Juventude, em 2024, tinha sido de 238.000€ (duzentos e trinta e oito mil euros), o maior de sempre para esta área, previsto no Orçamento e Grandes Opções do Plano.

No que diz respeito às Áreas prioritárias, disse que as evidências traduziam-se em principais linhas orientadoras, que por sua vez se materializam nas seguintes áreas: Apoiar o Associativismo Juvenil, em todas as suas formas e dinâmicas (dinamização dos Conselhos Municipais da Juventude; disponibilização, até ao final do ano, de uma plataforma digital que integrasse as valências do cartão jovem municipal em formato digital e uma área reservada às Associações Juvenis; consolidação das bases para a elaboração do Plano Municipal para a Juventude, ancorado no Observatório da Condição Juvenil).

Questionou de seguida a audiência, se porventura pretendia fazer uso da palavra. Não havendo, passou ao ponto seguinte.

2. Apresentação da composição do Observatório da Condição Juvenil

Tomou uso da palavra a Chefe de Divisão da Juventude, Dra. Maria Antónia Lucas da Silva, que começou por dizer que a proposta resultou da vontade dos Conselheiros e dos serviços da juventude, tendo por intenção a criação de uma estrutura, flexível e ágil, que facilite e auxilie na elaboração do Plano Municipal da Juventude, já no próximo ano. Apresentou a composição do Observatório da Condição Juvenil, como sendo um espaço criado com o objetivo de proporcionar uma plataforma de diálogo para a angariação de contribuições de um plano estratégico para a Juventude, sendo coordenado pelo Vereador, Divisão de Juventude e do Gabinete de Relações Institucionais e Internacionais da Câmara Municipal de Coimbra. Este documento será depois analisado e trabalhado em sede de Conselho Municipal de Juventude. Posteriormente, passou a palavra ao segundo proponente, neste caso, ao Presidente da Comissão Permanente, Daniel Aragão.

No uso da palavra, o Presidente da Comissão Permanente, Daniel Aragão, disse que a proposta (conjunta da Comissão Permanente do CMJC com a Divisão de Juventude da CMC) de criação do Observatório, com a presença de diversas entidades do concelho, da região e do país, que, no prazo de um ano, elaborassem um plano estratégico para a Juventude para a década de 2025-2035. O contributo de sugestões e propostas destas personalidades para o documento final, seria o principal objetivo. De seguida, foi apresentada a lista de entidades e personalidades sugeridas pela Comissão Permanente: Ministério da Juventude e Modernização; Federação Nacional de Associações Juvenis; Conselho Nacional de Juventude; Conselho Intermunicipal da Região de Coimbra; Delegação Regional do Instituto Português do Desporto Juventude; Federação de Associações Juvenis do Distrito de Coimbra; Federação Nacional das Associações de Estudantes do Ensino Superior Politécnico; Direção Geral da Associação Académica de Coimbra; Representante das Associações de Estudantes do Ensino Secundário de Coimbra; Núcleo Regional de Coimbra do Corpo Nacional de Escuteiros; Fórum Académico para Informação e Representação Externa; *Erasmus Student Network Portugal*; Instituto Politécnico de Coimbra; Universidade de Coimbra; Instituto Superior Miguel Torga; Escola Universitária Vasco da Gama; Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares do Centro; Câmara Municipal de Coimbra; e a Comissão Permanente do Conselho Municipal da Juventude de Coimbra.

Tal espaço seria criado com o objetivo de proporcionar uma plataforma de diálogo para a angariação de contribuições de um plano estratégico para a Juventude, sendo coordenado pelo Vereador, Divisão de Juventude e do Gabinete de Relações Institucionais e Internacionais da Câmara Municipal de Coimbra. O documento seria depois analisado e trabalhado em sede de Conselho Municipal de Juventude. E que, até ao fim do mês de janeiro de 2025 deveria decorrer a primeira reunião preparatória do Observatório da Condição Juvenil.

Terminou a sua intervenção dizendo que estariam receptivos a eventuais sugestões que quisessem apresentar.

Tomou a palavra a representante dos Jovens do Bloco de Esquerda, Mariana Rodrigues, que começou por referir a pertinência da proposta conjunta apresentada, à qual pretendiam apresentar propostas de alteração, nomeadamente:

“Consideramos que o plano estratégico para a Juventude, elaborado pelo Observatório, passe por um período de auscultação e discussão pública, antes da sua finalização. Este processo permitirá incorporar as perspetivas e necessidades reais das pessoas jovens e outras partes interessantes, garantindo que o documento reflita a diversidade de experiências e desafios enfrentados pela juventude. Além disso, a participação ativa da sociedade no desenvolvimento do plano reforça o seu caráter democrático e contribui para uma análise cuidada posterior, em sede de Conselho Municipal da Juventude”.

E, na listagem de entidades:

“Associação de Estudantes Angolanos em Coimbra;
Associação de Pesquisadores e Estudantes Brasileiros em Coimbra;
Associação de Estudantes Cabo-Verdianos em Coimbra;
Organização de Estudantes da Guiné-Bissau em Coimbra;
Associação de Estudantes Moçambicanos em Portugal - Núcleo de Coimbra;
Associação de Estudantes Santomenses em Coimbra;
Académicos Timorenses de Coimbra”.

Justificando a inclusão, destas entidades, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), por se tratar de uma representação de estudantes, mais estreita e próxima.

Sugeriu também que o Plano Estratégico para a Juventude (que iria ser elaborado pelo Observatório), passasse por um período de auscultação e discussão pública, aberto à cidade, antes da sua análise pelo CMJC, reforçando assim o carácter democrático e a sua plena eficácia.

Tomou a palavra o representante da Associação de Estudantes do Instituto Superior de Engenharia de Coimbra, Hugo Ferreira, cumprimentando os presentes. De seguida, disse fazer todo o sentido terem um representante das associações, nomeado pelas direções de estudantes do Politécnico, que integrasse a Comissão do Plano Estratégico para a Juventude.

Tomou a palavra a representante da Associação de Estudantes da Escola Superior de Enfermagem de Coimbra, Francisca Lopes, manifestando interesse que a sua associação, enquanto unidade autónoma, tivesse assento na Comissão, pois seria importante terem a sua opinião espelhada.

Tomou a palavra a representante do CAIXA NEGRA “(Círculo de Iniciação Teatral Academia Coimbra) – Associação, Bruna Marques, que começou por questionar se as entidades que integravam a lista eram entidades convidadas e se aceitaram integrar essa lista. Apresentou ainda como proposta, a inclusão de organismos autónomos da Associação Académica, como é o caso do CAIXA NEGRA.

Retomou a palavra o Vereador Carlos Lopes, esclarecendo que primeiro a lista seria votada, e depois, seriam feitos os convites.

Votação e aprovação com 52 votos a favor e três abstenções.

3. Tema: Impactos do Associativismo Cultural na Juventude

No uso da palavra, dada pelo Vereador Carlos Lopes, o Presidente José Manuel Silva começou por cumprimentar todos os presentes, realçou a importância da auscultação dos jovens, e deu-lhes a palavra para se pronunciaram.

Tomou a palavra o Presidente da Comissão Permanente do Conselho Municipal de Juventude de Coimbra (CMJC), Daniel Aragão, agradecendo a presença e coragem do convidado de se sujeitar ao escrutínio na sessão pública, acrescentando que tal é saudável para a democracia. Posteriormente, colocou uma questão técnica, relativamente ao apoio financeiro municipal ao associativismo cultural (e do seu regulamento) e juvenil às associações culturais juvenis, bem como as dificuldades de comunicação existentes.

Tomou uso da palavra o Presidente José Manuel Silva, respondendo e pronunciando-se acerca das associações que se candidatam aos apoios (cultural e juvenil) com o mesmo projeto, e que tal não era aceitável, tendo as associações interessadas optar e assumir por um dos apoios. Ou seja, não poderia existir duplicação de apoios à mesma entidade pelo mesmo projeto.

Tomou a palavra o representante da Casa de Angola em Coimbra, Bento Monteiro, manifestando o seu descontentamento nas dificuldades criadas no acesso aos espaços municipais, para a realização das suas atividades culturais, como foi o caso da Praça da Lusofonia, tendo inclusive recebido respostas ambíguas por parte dos serviços da autarquia. Pelo que questionou o Presidente da Câmara se se tratava de uma questão política premeditada ou não. Disse ainda que, no âmbito das comemorações do cinquentenário da independência de Angola, seriam realizadas várias

iniciativas no próximo ano (2025), tendo sido estabelecidos contactos com os consulados e embaixadas de Portugal e Angola.

Tomou a palavra o Presidente José Manuel Silva, respondendo à última intervenção, dizendo que (obviamente) não havia nenhuma premeditação, e que os pedidos deveriam ser realizados com o máximo de antecipação devida, pois a ocupação dos espaços municipais era limitada e que, normalmente, a programação cultural era efetuada com um ano de antecedência; os funcionários não tomavam decisões políticas, emitindo apenas os seus pareceres técnicos de acordo com o enquadramento legal. Aproveitou para sugerir que a nomeação simbólica, e acordada, da Praça da Lusofonia, no Parque Verde, se realizasse aquando das comemorações do cinquentenário da independência de Angola.

Tomou a palavra a representante da Associações de Pais e Encarregados de Educação (A.P.E.E. da Escola Secundária Avelar Brotero, Celeste Silva, dizendo que apesar, desta e outras associações, não serem associações juvenis, trabalhavam para e com a juventude, em colaboração com as escolas, havendo projetos que não eram colocados em prática por falta de apoios e verbas. Pelo que, questionou se havia possibilidade de serem integradas como associações que trabalhavam para a juventude.

Tomou a palavra o Presidente José Manuel Silva, respondendo que as Associações de Pais tinham uma ligação ao Pelouro da educação, com a qual poderiam interagir. E, considerando a limitação da receita camarária, os apoios eram rateados. As principais fontes de rendimento proporcionavam um financiamento insuficiente para as necessidades dum concelho rico em associativismo.

No uso da palavra, o Vereador Carlos Lopes, respondeu tratar-se de uma questão legal, na questão de atribuição de apoios financeiros, a associações não juvenis. Informou estar em contacto com o Ministério da Juventude, e que estes, estavam a trabalhar nesta questão, querendo alterar a legislação. Não obstante, disse que estas associações têm recebido apoio logístico da autarquia. Aproveitou ainda para informar que, no início do próximo ano, iriam reunir com as associações juvenis do ensino secundário para abordarem vários assuntos, entre eles os apoios.

Tomou a palavra, o representante da Physis – Associação Portuguesa de Estudantes de Física, Pedro Carmo, que questionou da possibilidade de o Município de Coimbra disponibilizar espaço de hospedagem para websites, que representa custos consideráveis para as associações.

Tomou a palavra o Presidente José Manuel Silva, respondendo que tal questão (nova) era digna de registo e de estudo, não no website da autarquia, por diversas questões de cibersegurança, mas, eventualmente, poderiam disponibilizar espaços noutras plataformas, financiadas pela Câmara. Uma questão a analisar, terminou dizendo.

Tomou a palavra, o representante da Molecular – Júnior Empresa – Associação, João Santos, que disse que a área científica, era a área de intervenção e atuação da associação juvenil, como tal, estariam disponíveis para apoiar a Associação de Pais, podendo eventualmente, a Divisão da Juventude fazer estabelecer essa ponte, em casos semelhantes.

Tomou a palavra a Chefe de Divisão da juventude, Dra. Maria Antónia Lucas da Silva, que disse que não só poderiam fazer essa ponte, como inclusive, nas candidaturas e critérios de avaliação, essa associação, entre vários projetos e várias associações, seria valorizado. Tendo ainda agradecido e mostrado agrado pela vontade expressa de colaboração e espírito de interajuda.

Tomou a palavra o Presidente da Comissão Permanente do Conselho Municipal de Juventude de Coimbra (CMJC), Daniel Aragão, para se referir ao tema da mobilidade, começando por abordar a modalidade do «passe sub23», uma ajuda para os jovens de 23 anos de idade; e que iriam ter o Metro Mondego, operacional em 2025. Depois afirmou que Coimbra tem uma dificuldade crónica de fixação de jovens. Questionando qual a política do Município de Coimbra junto da Entidade de Gestão do Sistema Intermodal da Região de Coimbra (AGIT), relativamente à gratuitidade, até que idade, ou reduções de tarifas para os jovens do concelho de Coimbra. Relembrando que, numa das sessões do CMJC, a Vereadora Ana Bastos, falou da criação da AGIT, que iria assegurar a gestão de um bilhete único e integrado, sabendo-se atualmente que o preço geral do passe custará cerca de 40,00€ (quarenta euros).

Tomou a palavra o Presidente José Manuel Silva, respondendo que as duas autoridades de transporte da região, Município de Coimbra e a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra - CIM-RC, integram a AGIT (Município de Coimbra 49,9% e CIM-RC 51,1%). Confirmou que, de facto estava previsto um passe intermodal (METROBUS/SMTUC/CP) no valor de 40,00€ (quarenta euros). Disse que se pretende privilegiar o uso do transporte público, sendo a gratuitidade, um fator relevante, que se pretende no futuro. Iriam ver qual o trabalho da AGIT, bem como, o nível de financiamento (o METROBUS é financiado pelo Estado), estando tudo relacionado com a receita e despesa. Discordou de que «Coimbra tem uma dificuldade crónica de fixação de jovens». Disse que têm desenvolvido trabalho conjunto com as empresas, e têm sido criados centenas de postos de trabalhos (Airbus, Delloite Coimbra, Accenture,

PriceWaters, IBM, Open Cosmos e Constellation Automotive Group) permitindo mesmo o regresso de jovens de Coimbra ao concelho, e levando ao crescimento da população (2022). Esperando que passe a ser mais fácil a fixação dos jovens em Coimbra, não só pela oportunidade de empregos, como também, terem mais apoios para o seu empreendedorismo.

Têm como meta os transportes públicos até aos vinte e três anos possam ser gratuitos.

Tomou a palavra a representante dos Jovens do Bloco de Esquerda, Mariana Rodrigues, que agradeceu a presença do Presidente José Manuel Silva no CMJC e realçou a importância das temáticas debatidas para a juventude. Posteriormente, aproveitou para questionar acerca da emergência climática e o clima em particular (apesar de reconhecer que não se enquadra na temática da presente sessão), nomeadamente, quanto à criação de um Conselho Municipal de Acompanhamento, com a função de reunir anualmente para avaliação das eficácia e resultados dos programas implementados (Programa Municipal Para as Alterações Climáticas e Plano de Ação Climática de Coimbra); se o Conselho havia sido constituído. Se sim, se chegou a reunir e quais as conclusões dessas reuniões realizadas; se não, o porquê de não ter reunido. E, como pretendia o presente Executivo garantir, no próximo ano, a eficácia, do novo plano (proposto e aprovado em agosto de 2024) e a participação ativa da sociedade civil, nesta área fundamental para o futuro coletivo.

Tomou a palavra o Vereador Carlos Lopes, também responsável pelo pelouro do ambiente, respondendo que o Plano para as Alterações Climáticas, que havia sido votado, na última ou penúltima reunião do anterior executivo, na qual não esteve presente, no seu ponto de vista, não tinha nem objetivos nem métricas, e, por esse motivo, decidiram não realizar os plenários que estavam previstos, e focaram-se no Plano Municipal de Ação Climática de Coimbra (PMAC-C) aprovado na reunião de Câmara do dia 9 de dezembro, depois de terminada a consulta pública (de 19 de agosto a 13 de setembro). Este sim, teria um Conselho para discutir e avaliar o Plano.

Tomou a palavra o Presidente José Manuel Silva, disse que têm permanentes preocupações com o meio ambiente, até porque Coimbra é uma região particularmente vulnerável a tais questões e aos seus extremos, nomeadamente, em termos de inundações. Como tal, defendem que sejam completadas as obras de regularização da bacia hidrográfica do Mondego, que foram estranhamente interrompidas, nomeadamente, na questão da Barragem Girabolhos, prevista desde o início do Plano hidrográfico. O projeto Metrobus, no qual se encontram empenhados, é considerado um dos maiores projetos amigos do ambiente existente no concelho, que em termos de redução de dióxido de carbono vai ter um impacto considerável. Cada árvore urbana cortada será substituída por três. Disse ainda, que têm uma política muito importante, nomeadamente, na plantação de uma árvore em cada caldeira, realizada no âmbito do Plano Municipal de Plantações

(2024/2025); estavam a desenvolver novos bosques, como por ex: o Bosque dos Loios - corredor verde em contexto urbano; no âmbito da execução do Plano para Reforço da Estrutura Arbórea da Cidade de Coimbra, da responsabilidade da Metro Mondego, foi aprovado pela Câmara Municipal de Coimbra o plano de reforço da estrutura arbórea do parque da ribeira do Vale das Flores. Afirmou ainda, que têm total consciência do impacto negativo da ação humana no ambiente, e que, vivemos verdadeiramente uma emergência climática.

Tomou a palavra a representante Núcleo Territorial de Coimbra do Partido do LIVRE, Natália Lorena Suciu, que se pronunciou acerca da fixação dos jovens em Coimbra, nomeadamente, dizendo ser uma prioridade a criação de condições para a sua fixação. É importante trazê-los de volta a Coimbra, mas em que condições. Falou ainda das dificuldades de acesso a Coimbra (para quem vem de fora), nas deslocações na própria cidade e na habitação. Ou seja, para além da criação de empregos, a necessidade de criação de condições para as pessoas quererem procurar emprego e de se fixarem em Coimbra, devendo, por exemplo, as ofertas de emprego ser proporcionais ao custo de vida em Coimbra; e os jovens não podiam ser escravos do trabalho e de transportes públicos não sustentáveis (horários, qualidade e oferta). Para terminar, questionou que tipo de esforços estavam a ser implementados na criação de condições mais apelativas para a fixação de jovens em Coimbra, para além da oferta de emprego.

Tomou a palavra o Presidente José Manuel Silva, dizendo estar de acordo com a última intervenção proferida, todavia, não havia desenvolvimento nem crescimento sem obras, e que, inevitavelmente, as mesmas, provocavam um impacto negativo na mobilidade e no cumprimento dos horários dos transportes públicos. Esclarecendo, contudo, que não se podia confundir «caos» com «obras». Justificou que o arrastar das obras se devia, também, às descobertas arqueológicas que obrigava à revisão e alteração do projeto, pois, a cidade é rica em termos de património (a nossa cultura) - a «galinha dos ovos de ouro», disse. As obras do metrobus são obras de superfície, e, todas as estruturas subterrâneas estavam a ser desviadas do seu trajeto, porque o metrobus vai circular em via abdicada, não podendo ser interrompido pois vai constituir a «espinha dorsal» da mobilidade coletiva pública da zona urbana e suburbana. O que significava que não poderia haver obras no canal. E, cada estrutura subterrânea, saneamento, águas de abastecimento, eletricidade, gás e fibra ótica, significavam diferentes empreitadas que não poderiam ser realizadas em simultâneo de acordo com as regras da legislação do trabalho. Obras complexas, que nunca haviam sido realizadas na cidade, sendo efetuadas sucessivamente e não em simultâneo, disse. Havendo contratos e financiamentos que tinham de ser cumpridos. Uma das preocupações era coordenar com o mínimo de impacto possível, e procurar acelerar as obras para podermos ter o metrobus, amigo do ambiente, em funcionamento, que iria revolucionar radicalmente a mobilidade na cidade, reduzindo a sua circulação automóvel. Por outro lado, as estruturas

subterrâneas estavam podres, pois há décadas que não eram reabilitadas (por isso havia tantas ruturas). Daí a dupla necessidade das obras em curso. As características de metro definem-se por andar via abdicada, ter alta frequência e capacidade, elétrico e com sistema centralizado de controlo. E o metrobus tem isso tudo, disse. Por isso, não aceita que se fale em «caos», mas sim em «obras». O investimento do Estado, em Coimbra, no valor de cento e setenta milhões de euros permite uma reorganização dos trajetos e carreiras dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC), que está tecnicamente a ser estudada, resultando numa melhoria de transportes, também, para outras zonas do concelho. O objetivo será o de transformar Coimbra numa verdadeira área metropolitana, com meios de transportes públicos adequados.

Em termos de habitação, têm feito um esforço no aproveitamento das verbas do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), na construção de habitação camarária e habitação a custos acessíveis, daí ser fundamental a aprovação do orçamento das Grandes Opções do Plano (GOP), pois tais projetos foram aprovados em 2024 e se não forem incluídos no orçamento não há possibilidade de os desenvolver. Foram também acelerados os procedimentos processuais na autarquia, do formato físico ao formato digital, nomeadamente na área do urbanismo, refletindo-se no aumento do índice de construção; estão também a proceder às alterações do Plano Diretor Municipal (PDM), permitindo a cidade ser cosmopolita, poupando e preservando a zona de proteção da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO, devendo crescer mais em altura, libertando o solo para outro tipo de utilização (e ter habitação mais disponível e acessível), bem como, para impermeabilizarmos menos o solo, e para que Coimbra não ter que se expandir tanto em extensão e invadir a floresta. Um PDM, por norma, levava quatro anos a rever, disse.

Tomou a palavra o representante da Iniciativa Liberal de Coimbra (IL Coimbra), Celso Monteiro, para colocar duas questões. Consta que estão presentes várias juniores empresas no plenário, pelo que, pergunta se a autarquia de Coimbra não poderia dar o exemplo a outras autarquias na criação de uma espécie de Regulamento Municipal para o Jovem Empreendedor, pois, há muitos jovens que pretendem dar seguimento ao seu percurso profissional e abrir a sua própria empresa e não o conseguem por falta de meios e pela carga burocrática excessiva. E, considerando a implementação recente dum Plano Nacional de Literacia para Jovens, se a Câmara de Coimbra não poderia adotar uma posição na vanguarda da educação, olhando para o programa e dar uma resposta local, tal como fez a autarquia do Porto (os alunos do 1.º ao 12.º ano nas escolas do Porto iriam ter uma disciplina sobre literacia financeira). Ou seja, se seria pensar num futuro para Coimbra, com a implementação destas duas soluções.

Tomou a palavra o Presidente José Manuel Silva, respondeu reconhecendo a importância e relevância das duas questões colocadas, em que a autarquia de Coimbra teria também de dar uma

resposta, e que têm procurado espaços de instalação de empresas, em espaços de cowork, dando como exemplo, a zona do Pátio de Inquisição, estendendo-se a zona de cowork com a saída das instalações camarárias; a existência do Regulamento de Utilização do Espaço Cowork a que qualquer pessoa se poderia propor e candidatar; referiu-se ao Instituto Pedro Nunes (IPN), como sendo uma das dez melhores incubadoras mundiais ligadas à Universidade, e ao Instituto Politécnico que criou a sua Academia de Empreendedorismo – a INOPOL, que com três anos de funcionamento já tinha resultados excepcionais. Disse que o primeiro passo era dar oportunidade aos jovens que se formam em Coimbra e que se pretendam nela fixar, criando-lhes oportunidades, não só apoiando o seu empreendedorismo, como atrair mais investimento privado, quer empresarial, quer industrial. Como tal, estão a expandir o Coimbra iParque e a criar uma zona industrial (porque todos os espaços disponíveis foram vendidos). Coimbra tem no país uma localização (central) privilegiada, boas acessibilidades, excelente qualidade de vida, excelentes recursos de educação e de saúde – tudo que é necessário para uma urbe crescer de forma sustentável e ordenada, disse. Referiu que Coimbra iria dispor dos serviços de alta velocidade diretamente na Estação de Coimbra B, e que esta estação seria alvo de uma intervenção de profunda requalificação, no sentido de melhorar a qualidade dos serviços oferecidos e de reforçar a sua centralidade, passando a ter um caráter multimodal agregando várias valências.

Tomou a palavra o Vereador Carlos Lopes, para agradecer as questões colocadas e a compарênciа (inédita) dum Presidente de Câmara numa sessão de CMJ, e dar por encerrado o período de debate.

4. Outros assuntos.

Tomou a palavra o Vereador Carlos Lopes, para falar da Moção ao governo português sobre a habitação em Coimbra, dando a palavra ao Presidente da Comissão Permanente para apresentar o texto, antes da votação.

Tomou a palavra o Presidente da Comissão Permanente do Conselho Municipal de Juventude de Coimbra (CMJC), Daniel Aragão, que resume o conteúdo da Moção, que havia sido enviado antecipadamente aos Conselheiros, e sido abordado num antepenúltimo CMJC, como sendo um apelo ao governo para que haja um investimento, particularmente na habitação do estado que se encontra abandonada e devoluta, fazendo-se referência a alguns dos edifícios que estavam referidos no Plano Nacional de Alojamento Estudantil (2009) e que agora não se encontram referidos no atual referido Plano. Pretende-se uma fazer uma referência à habitação com destino público, às Repúblicas de Estudantes como espaços importantes da cultura em Coimbra e que merecem apoio na sua requalificação e dignificação.

Tomou a palavra a representante dos Jovens do Bloco de Esquerda, Mariana Rodrigues, para apresentar uma proposta de alteração à Moção em discussão, especificamente na parte introdutória e numa medida em particular, realçadas a negrito:

“Introdução

O concelho de Coimbra enfrenta uma crescente pressão habitacional, exacerbada pelo aumento da procura turística e pelo número considerável de estudantes deslocados, que tem dificultado o acesso a habitação acessível para a população geral e, particularmente, para os jovens. As residências estudantis disponibilizadas pelas Instituições de Ensino Superior (IES) não só são manifestamente insuficientes para o número de estudantes deslocados, como, muitas vezes, se encontram em estado degradado. Tal cenário força estudantes a recorrer a um mercado habitacional caro e sobrelotado, aprofundando a elitização de um Ensino que se pretende acessível e democrático.

Em Coimbra, ainda é de notar o papel das Repúblicas estudantis, que, além de serem um baluarte de alojamento solidário na cidade, são uma componente importante da cultura académica e da vida de Coimbra. É importante preservá-las e protegê-las dos constantes ataques do mercado imobiliário.

Ademais, existem diversos edifícios públicos devolutos ou subutilizados em Coimbra, que podem ser requalificados para responder à carência habitacional, como foi identificado no Plano Nacional para o Alojamento no Ensino Superior (PNAES) de 2019. Esta solução é uma opção viável à aposta de construção de bairros sociais centralizados, que não resolve a crise da habitação, mas que perpetua o isolamento de populações em situação sócioeconómica vulnerável.

Assim, a reabilitação de edifícios públicos desocupados para fins de habitação pública oferece uma solução sustentável e eficiente para enfrentar a crise habitacional, contribuindo também para a regeneração urbana e a coesão social.

Objetivos

*Ao reabilitar edifícios públicos devolutos, o Governo Português contribuirá para mitigar em parte a crise de habitação em Coimbra, beneficiando não apenas a população jovem, mas também residentes de diversas faixas etárias e condições socioeconómicas, garantindo o acesso a uma habitação pública digna e a preços acessíveis, num contexto de coesão social e regeneração urbana. Esta é uma proposta que não resolve o problema da habitação, apenas apresenta uma pequena solução. É essencial que o Governo tenha como prioridade política o combate à crise da habitação, aumentando a oferta habitacional, **pública e acessível**, sendo a boa execução do Plano de Recuperação e Resiliência de máxima importância.*

Medidas

Reavaliação e expansão do atual Plano Nacional para o Alojamento no Ensino Superior (PNAES), garantindo que a reabilitação e utilização de edifícios públicos desocupados no

concelho de Coimbra seja ampliada e priorizada, não apenas para alojamento estudantil, mas também para habitação pública e acessível para a população em geral.

Celebração de protocolos com as autarquias e entidades locais, facilitando a adaptação destes edifícios para uso habitacional, num esforço conjunto com as instituições de ensino superior e a sociedade civil.

Se dê prioridade à utilização destes edifícios devolutos para habitação pública, assegurando que se desenvolvam medidas de apoio fiscal e administrativo que permitam uma rápida execução dos projetos de requalificação, com vista a enfrentar a urgência habitacional no concelho de Coimbra.

Apoio à requalificação e aquisição dos edifícios das Repúblicas de Coimbra para a valorização do património cultural imaterial e material da cidade, bem como o aumento e a melhoria de condições de alojamento destes espaços.

Apoio à requalificação e expansão das atuais residências públicas das IES, garantindo uma maior capacidade de albergar estudantes deslocados com condições dignas”.

Tomou a palavra a representante da Associação Sócrates Erasmus Universidade de Coimbra/ESN Coimbra, Mariana Cardoso, dizendo que as residências universitárias têm dado prioridade aos estudantes bolseiros e nacionais, deixando de fora os estudantes internacionais, mesmo aos que acabam por permanecer, por períodos superiores a um ano, para completarem os seus ciclos de estudos. Além disso, os estudantes internacionais deparam-se com contratos anuais, quando pretendem permanecer por meio ano, bem como, alguns têm sido vítimas de fraudes. Pelo que, questiona em que medida podem ser apoiados nas situações apresentadas.

Tomou a palavra o Presidente da Comissão Permanente do Conselho Municipal de Juventude de Coimbra (CMJC), Daniel Aragão, que agradeceu os contributos apresentados e que complementam a Moção, e incentivou aos restantes Conselheiros a participar e a manifestarem-se. Também se pronunciou acerca dos edifícios públicos do Estado que não estariam sob domínio da Câmara Municipal e que estariam sem destino, bem como, da oferta e procura de alojamento estudantil, do atual Plano Nacional para o Alojamento no Ensino Superior (PNAES). A escassez de alojamento estudantil em Coimbra é um problema. Da parte da Universidade de Coimbra, por exemplo, existem cerca de mil e trezentas camas para uma população de trinta mil estudantes.

Relativamente às ilegalidades detetadas, disse ser uma questão de aumento de fiscalização tributária.

Tomou a palavra o Presidente José Manuel Silva, aditando que em breve iriam ser disponibilizadas centenas de camas, de iniciativa privada, em que o aumento da oferta favoreceria a procura em termos de preços. Reconhece a necessidade de construção de residências com financiamento público (que pode ser realizado por construção direta ou financiamento da

residência a cada estudante em função das suas necessidades sociais). Disse ainda que, a Câmara iria construir um quarteirão de residências universitárias, na baixa, através do Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado em Reabilitação Urbana "Coimbra Viva". E, também a breve prazo, a disponibilização de mais uns milhares de camas para os estudantes, devido a vários projetos submetidos à Câmara, e em fase final de aprovação, revelando-se fundamental o aumento da oferta na regulação do mercado. A Câmara se tivesse edifícios devolutos já lhes teria dado destino. Quanto aos edifícios que estavam inicialmente previstos para residências, incorretamente, estavam mencionados como públicos, no Decreto-lei, quando, na realidade são de domínio privado; em relação ao Quartel-general, o mesmo iria retornar ao exército para residências militares, cuja sede se localiza em Coimbra na Brigada de Intervenção.

Tomou a palavra o representante do Agrupamento 109 – Palheira, do Corpo Nacional de Escutas, Agostinho Fadiga, que questionou acerca do destino e aproveitamento (para eventuais residências universitárias, unidade de cuidados continuados ou alojamento para os sem abrigo) do espaço do antigo Hospital Pediátrico de Coimbra.

Tomou uso da palavra o Presidente José Manuel Silva, que respondeu que o antigo Hospital Pediátrico de Coimbra era do Estado, e que a Câmara de Coimbra se encontrava num processo de transferência de dominialidade, tendo como objetivo, destiná-lo, essencialmente, ao associativismo e à cultura, e, eventualmente, o restante espaço disponível, para residência (parcial) de estudantes. Como unidade de cuidados continuados, da responsabilidade do Estado e não camarária), poderia ter outra localização; como alojamento para os sem abrigo, era uma questão por demais complexa, mas, que existiam inúmeros apoios para os retirar das ruas. A reabilitação do antigo Hospital Pediátrico de Coimbra, ficaria, aproximadamente, em quarenta milhões de euros.

Não havendo mais contributos dos presentes, o Vereador Carlos Lopes colocou a votação a proposta final apresentada.

Votação e aprovação da Moção, com 52 votos a favor e uma abstenção.

De seguida, o Vereador Carlos Lopes deu por encerrado o presente plenário, e aproveitou para desejar a todos os Conselheiros um Feliz Natal e um Próspero 2025.

O Presidente do Conselho Municipal de Juventude de Coimbra,

(Vereador, Dr. Carlos Lopes)

O Secretário,

(Federação Nacional de Associações de Estudantes do Ensino Superior Politécnico, Alexandra Ribeiro)

O Secretário,

(Associação de Estudantes do Instituto Superior e de Contabilidade e Administração de Coimbra, Pedro Santos)

Moção ao Governo Português

Habitação em Coimbra

Introdução

O concelho de Coimbra enfrenta uma crescente pressão habitacional, exacerbada pelo aumento da procura turística e pelo número crescente de estudantes, que tem dificultado o acesso a habitação acessível para a população geral e particularmente para os jovens.

Existem diversos edifícios públicos devolutos ou subutilizados em Coimbra, que podem ser requalificados para responder à carência habitacional, como foi identificado no Plano Nacional para o Alojamento no Ensino Superior (PNAES) de 2019.

A reabilitação de edifícios públicos desocupados para fins de habitação pública oferece uma solução sustentável e eficiente para enfrentar a crise habitacional, contribuindo também para a regeneração urbana e a coesão social.

Objetivos

Ao reabilitar edifícios públicos devolutos, o Governo Português contribuirá para mitigar em parte a crise de habitação em Coimbra, beneficiando não apenas a população jovem, mas também residentes de diversas faixas etárias e condições socioeconómicas, garantindo o acesso a uma habitação pública digna e a preços acessíveis, num contexto de coesão social e regeneração urbana. Esta é uma proposta que não resolve o problema da habitação, apenas apresenta uma pequena solução. É essencial que o Governo tenha como prioridade política o combate à crise da habitação, aumentando a oferta habitacional, sendo a boa execução do Plano de Recuperação e Resiliência de máxima importância.

Medidas

Reavaliação e expansão do atual Plano Nacional para o Alojamento no Ensino Superior (PNAES), garantindo que a reabilitação e utilização de edifícios públicos desocupados no concelho de Coimbra seja ampliada e priorizada, não apenas para alojamento estudantil, mas também para habitação pública acessível para a população em geral.

Celebração de protocolos com as autarquias e entidades locais, facilitando a adaptação destes edifícios para uso habitacional, num esforço conjunto com as instituições de ensino superior e a sociedade civil.

Se dê prioridade à utilização destes edifícios devolutos para habitação pública, assegurando que se desenvolvam medidas de apoio fiscal e administrativo que permitam uma rápida execução dos projetos de requalificação, com vista a enfrentar a urgência habitacional no concelho de Coimbra.

Apoio à requalificação das Repúblicas de Coimbra para a valorização do património cultural imaterial e material da cidade, bem como o aumento e a melhoria de condições de alojamento destes espaços.

Proposta

Face ao exposto, propomos que:

- 1- A presente missiva seja colocada à consideração do Conselho Municipal da Juventude;
- 2- Sendo aprovada, seja enviada ao Ministério da Juventude e Modernização.

Proposta da Comissão Permanente do CMJC para ser integrada no Ponto 4 OUTROS ASSUNTOS

30_11_2024

Proposta de Observatório da Juventude de Coimbra

Autor: Comissão Permanente (CP) – CMJ

Data: 30 novembro 2024

Introdução

Nas Grandes Opções do Plano do Município de Coimbra encontra-se referência ao Observatório da Juventude. Vem, neste sentido, a Comissão Permanente propor a criação desta estrutura.

Proposta

Sugerimos a criação do Observatório com a presença de diversas entidades do concelho, da região e do país, que, no prazo de um ano, elaborem um plano estratégico para a Juventude para a década de 2025-2035. O objetivo será que estas personalidades contribuam com sugestões e propostas para o documento final.

A lista de entidades e personalidades sugeridas pela Comissão Permanente é a seguinte:

- Ministério da Juventude e Modernização;
- Federação Nacional de Associações Juvenis;
- Conselho Nacional de Juventude;
- Conselho Intermunicipal da Região de Coimbra;
- Delegação Regional do Instituto Português do Desporto Juventude;
- Federação de Associações Juvenis do Distrito de Coimbra;
- Federação Nacional das Associações de Estudantes do Ensino Superior Politécnico;
- Direção Geral da Associação Académica de Coimbra;
- Representante das Associações de Estudantes do Ensino Secundário de Coimbra;
- Núcleo Regional de Coimbra do Corpo Nacional de Escuteiros;
- Fórum Académico para Informação e Representação Externa;
- Erasmus Student Network Portugal;
- Instituto Politécnico de Coimbra;
- Universidade de Coimbra;
- Instituto Superior Miguel Torga;
- Escola Universitária Vasco da Gama;
- Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares do Centro;
- Câmara Municipal de Coimbra;
- Comissão Permanente do Conselho Municipal da Juventude de Coimbra.

Objetivos

Este espaço é criado com o objetivo de proporcionar uma plataforma de diálogo para a angariação de contribuições de um plano estratégico para a Juventude, sendo coordenado pelo Vereador, Divisão de Juventude e do Gabinete de Relações Institucionais e Internacionais da Câmara Municipal de Coimbra. Este documento será depois analisado e trabalhado em sede de Conselho Municipal de Juventude.

Cronograma

Até ao fim do mês de janeiro de 2025 deverá decorrer a primeira reunião preparatória do Observatório da condição Juvenil.

Proposta conjunta da Comissão Permanente do CMJC com a Divisão de Juventude/Câmara Municipal para ser apresentada no Ponto 2.

30_11_2024